DOI: 10.30612/mones.v14i27.19079

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Bloco no poder e as relações Brasil-Paraguai: Governo Lula a Bolsonaro (2003-2022)

Antonio Pedro Bandeira de Mello de Miranda
Universidade Federal do ABC (UFABC)
São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil
E-mail: antoniopedro.miranda@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-5423-0108

Resumo: O presente artigo tem como propósito analisar o desenvolvimento das relações do Brasil com o Paraguai entre os anos de 2003 e 2022 a partir da Teoria Marxista do Estado de Poulantzas. Neste sentido, o objetivo orientou-se em compreender como o desenvolvimento da relação entre os dois países e os temas prioritários abordados em cada governo estão relacionados à fração hegemônica no bloco no poder em cada período, propondo uma forma de periodizar essa relação. Por meio de revisão bibliográfica do histórico da relação dos dois países e de análise documental dos acordos assinados nesse período, compreende-se ser possível dividir em dois momentos a relação Brasil-Paraguai: Neodesenvolvimentista-Multidimensional (2003-2016), em que a fração hegemônica é a burguesia interna, e o Neoliberal-Ortodoxo (2016-2022), no qual a burguesia compradora detém a hegemonia no bloco no poder.

Palavras-chave: relações Brasil-Paraguai, política externa brasileira, bloco no poder

Power bloc and Brazil-Paraguay relations: from Lula to Bolsonaro (2003-2022)

Abstract: This article aims to analyze the development of relations between Brazil and Paraguay between 2003 and 2022 from the Marxist Theory of the State of Poulantzas. In this sense, the objective was to understand how the development of the relationship between the two countries and the main themes addressed in each government are related to the hegemonic faction in the power bloc in each period, proposing a way to periodize this relationship. By means of bibliographical review of the history of the relationship between the two countries and documentary analysis of the agreements signed in this period, it is understood that it is possible to divide into two moments the Brazil-Paraguay relationship: Neodevelopmentalist-Multidimensional (2003-2016), in which the hegemonic fraction is the internal bourgeoisie, and the Neoliberal-Orthodox (2016-2022), in which the comprador bourgeoisie holds the hegemony in the power bloc.

Keywords: Brazil-Paraguay relations, brazilian foreign policy, power block

Bloque en el poder y las relaciones Brasil-Paraguay: del Gobierno de Lula al de Bolsonaro (2003-2022)

Resumen: El presente artículo tiene como propósito analizar el desarrollo de las relaciones de Brasil con Paraguay entre los años 2003 y 2022 a partir de la Teoría Marxista del Estado de Poulantzas. En este sentido, el objetivo se orientó a comprender cómo el desarrollo de la relación entre los dos países y los temas prioritarios abordados en cada gobierno están relacionados con la fracción hegemónica en el bloque en el poder en cada período, proponiendo una forma de periodizar esta relación. Por medio de revisión bibliográfica del histórico de la relación de los dos países y análisis documental de los acuerdos firmados en ese período, se entiende que es posible dividir en dos momentos la relación Brasil-Paraguay: Neodesenvolvimentista-Multidimensional (2003-2016), en la que la fracción hegemónica es la burguesía interna, y el Neoliberal-Ortodoxo (2016-2022), en el cual la burguesía compradora posee la hegemonía en el bloque en el poder.

Palabras clave: relaciones Brasil-Paraguay, política exterior brasileña, bloque en el poder

Recebido em: 23/09/2024
Aceito em: 16/04/2025

CC BY NC SA

INTRODUÇÃO[1]

Este artigo tem como propósito analisar o desenvolvimento das relações do Brasil com o Paraguai entre os anos de 2003 e 2022 a partir da Teoria Marxista do Estado de Poulantzas. As justificativas para a escolha desta periodização são: abrangem governos que tiveram distinções na forma de se relacionar com o vizinho, há uma maior diversificação nas pautas entre os dois países e é um período no qual há estudos mais consolidados sobre a relação bilateral.

Neste sentido, o objetivo orientou-se em compreender como o desenvolvimento da relação entre os dois países e os temas prioritários abordados em cada governo estão relacionados à fração hegemônica no bloco no poder em cada período, propondo periodizar essa relação em dois momentos: Neodesenvolvimentista-Multidimensional (2003-2016) e o Neoliberal-Ortodoxo (2016-2022). No primeiro momento, período este em que a burguesia interna detém a hegemonia no bloco no poder, a relação com o Paraguai vai abordar temas para além da pauta econômico-comercial e haverá mais abertura para diálogo e aceitação das demandas paraguaias. Por sua vez, no segundo período, momento este quando a burguesia associada foi fração hegemônica, a relação com o vizinho vai ser focada, quase que única e exclusivamente, em pautas econômicas, comerciais e de segurança, e o Brasil adotará uma posição mais rígida e inflexível diante das demandas do vizinho.

Esse artigo utiliza fontes bibliográficas, principalmente artigos, dissertações e teses, como também fontes documentais, acordos assinados entre os dois países e documentos oficiais dos governos e dados sobre investimentos brasileiros no Paraguai. A metodologia empregada nesse artigo é o estudo de caso, pois permite explorar fenômenos particulares, provendo sua explicação, descrição, categorização e possibilitando a geração de tipologias e hipóteses (Henriques *et al*, 2015). O estudo de caso em três características definitivas: habilidade de convergir informações de múltiplas fontes de evidências, intenção de examinar um fenômeno no seu contexto na vida real e pesquisa de um ou múltiplos casos para testar teorias e explicar fenômenos (Yin, 2000). O caso escolhido foi as relações bilaterais entre Brasil e Paraguai para testar a teoria poulantziana e por ser possível comparar a atuação e intenção do bloco no poder em cada governo. Por fim, o artigo está dividido, para além dessa introdução, em mais quatro partes: apresentação da Teoria Marxista do Estado de Poulantzas, a relação entre o bloco no poder e política externa brasileira do período, seguido de como as relações entre Brasil e Paraguai se desenvolveram e estão relacionadas ao bloco no poder e encerrando com uma consideração final em que é feita a proposta de periodização dessa relação.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

CC BY NC SA

TEORIA MARXISTA DO ESTADO DE POULANTZAS

Entende-se que a Teoria Marxista do Estado de Poulantzas pode melhor oferecer explicações sobre análise de política externa, devido ao entendimento mais aprofundado que ela proporciona sobre a atuação do Estado e das classes dominantes na política externa, a partir dos conflitos políticos e econômicos entre as classes e frações de classe no interior de uma formação social (Berringer, 2014). Somado a esse maior entendimento, ela também rompe com pressupostos do realismo-analítico da existência de um "interesse nacional" único e da primazia do Estado como ator único da formulação da política externa, por afirmar que essa esconde, por meio do discurso de "interesse nacional", o nível econômico na análise do papel do Estado em sua atuação internacional, que, por fim, encobre o próprio caráter de classe que o Estado representa (Amaral, 2007). Com base nisso serão expostos a seguir alguns conceitos importantes que servirão de base para realizar a análise das políticas externas.

Nicos Poulantzas em seu livro *Poder político e classes sociais* (2019) apresenta um arcabouço teórico-conceitual para analisar o Estado capitalista, apresentando alguns conceitos-chaves para sua compreensão: a estrutura jurídico-política, burocratismo, a autonomia relativa do Estado e o bloco no poder.

Para Poulantzas, a estrutura jurídico-política (o direito burguês) e o burocratismo seriam a representação das normas e valores do Estado capitalista ao garantir as condições para reprodução da economia capitalista. A partir das instituições aparentemente universais e o direito formalmente igualitário forma-se um duplo efeito: o isolamento das classes sociais em indivíduos atomizados e a representação da unidade povo-nação, assim o Estado oculta as desigualdades nas relações sociais de produção e apresenta-se como fator de coesão social no papel de representante e organizador do "povo" (Poulantzas, 2019). A burocracia, por sua vez, teria como função a manutenção e a reprodução do capitalismo, organizando os interesses gerais das classes dominantes no bloco no poder e desorganizando as classes dominadas, tendo o Estado capitalista como objetivo central a manutenção do modo de produção capitalista (Poulantzas, 2019).

Para o Estado cumprir seu objetivo central ele precisa manter o *equilíbrio instável de compromissos*[2] entre as classes e frações de classe, resultando em concessões, privilégios e articulação de alianças e frentes políticas (Berringer e Ferreira, 2021). A partir disso, o Estado capitalista apresenta uma autonomia relativa frente ao bloco no poder, capaz de realizar sacrifícios dos interesses imediatos da classe dominante em prol da manutenção do equilíbrio

2 Equilíbrio Instável de compromissos é a capacidade do Estado de fazer concessões e atender os interesses econômicos das classes dominadas, eventualmente contrários ao interesse econômico a curto prazo da classe dominante, visando criar um equilíbrio que não coloque em risco o poder político da classe dominante (Poulantzas, 2019).

instável de compromissos. Com isso Berringer e Ferreira (2021, p.254) afirmam "em determinadas conjunturas é possível que a atuação internacional do Estado represente – mesmo que marginalmente – os interesses de setores das classes populares".

O conceito de bloco no poder foi criado por Poulantzas para expressar as relações entre as classes, frações da classe dominantes e o Estado, entendendo que a divisão do capital em diversas frações fazia com que a burguesia lutasse entre si na busca pelos seus interesses econômicos imediatos e incapacitando de se organizarem politicamente (Berringer, 2014). Em razão disso, caberia ao Estado a tarefa de organizar os interesses políticos da classe dominantes, satisfazendo prioritariamente os interesses de uma fração ou classe (Poulantzas, 1978). Portanto, segundo Poulantzas (2019, p.306) "o bloco no poder constitui uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica", sendo a fração hegemônica aquela detém em seu controle o poder de Estado e consegue priorizar seus interesses específicos, sejam eles econômicos, políticos, sociais, ou segundo Berringer (2014), de política externa, podendo controlar, influenciar e se beneficiar das políticas governamentais (Poulantzas, 2019).

Como dito anteriormente, para Poulantzas existem frações de classe na burguesia, que podem ser fracionadas de acordo com suas relações nos níveis econômico, político, ideológico, suas relações de produção e o relacionamento entre todos esses. Por sua vez, essas frações poderiam se unir por interesses em comum para rejeitar ou apoiar políticas estatais (Berringer, 2014). No que se refere às relações internacionais e aos Estados dependentes do sistema capitalista, a classe dominante é fracionada de acordo com sua relação com o capital imperialista e as classes dominadas. Os Estados dependentes apresentam três tipos de burguesias, caracterizadas pela origem de seu capital e seus posicionamentos ideológicos e políticos em relação ao imperialismo, sendo elas: burguesia compradora, burguesia nacional e burguesia interna (Berringer, 2014). A depender de qual destas for a fração hegemônica no bloco no poder, a atuação internacional do Estado refletirá os interesses desta.

A burguesia compradora pode ser definida como uma fração que não apresenta base própria de acumulação de capital e atua como intermediária do capital imperialista estrangeiro, sendo ligada economicamente, politicamente e ideologicamente ao imperialismo (Poulantzas, 1978). Portanto, "essa burguesia não opõe resistências às políticas que favoreçam o capital estrangeiro, justamente pela imbricação de seus interesses com os interesses externos" (Farias, 2009, p.87). Esta fração é composta principalmente por oligarquias de grandes latifundiários e pelos setores financeiros, bancários, comerciais e setores da indústria totalmente dependentes e adota uma posição de subordinação passiva ao imperialismo (Berringer, 2014; Farias, 2009)

A burguesia nacional é a fração autóctone da burguesia que tem base de acumulação própria e apresenta graus e tipos de contradição com o capital imperialista estrangeiro, assim ocupando na estrutura ideológica e política um lugar de relativa autonomia e apresentando unidade própria (Poulantzas, 1978). Segundo Poulantzas (1978, p.76) "a burguesia nacional é

suscetível, em conjunturas determinadas de luta anti-imperialista e de liberação nacional, de adotar posições de classe que a incluem no "povo", e então passível de certo tipo de aliança com as massas populares". Nesta fração tende a se localizar produtores voltados para o mercado interno e que tem preocupação com a distribuição de renda (Farias, 2009).

A burguesia interna é a fração que ocupa uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora, ela apresenta base de acumulação própria, mas também tem em seu centro a dependência de capital externo, podendo ter contradições pontuais com o imperialismo, porém não adotando posições de autonomia ou independência (Poulantzas, 1978). Esta fração tenta limitar a presença do capital estrangeiro no mercado nacional, com intuito de garantir sua sobrevivência, entretanto não tem como intenção romper com o capital imperialista, adotando a postura de subordinação conflitiva, apresentando conflitos pontuais com o imperialismo (Berringer, 2014). Segundo Poulantzas:

> [...] se interessa pela intervenção estatal que lhe asseguraria alguns domínios dentro do país e que a tornaria também mais competitiva diante do capital estrangeiro. Deseja a ampliação e o desenvolvimento do mercado interno através de uma pequena elevação do poder de compra e de consumo das massas, o que lhe ofereceria mais saídas; procura, enfim, ajuda do Estado, que lhe permitirá desenvolver a exportação (Poulantzas, 1976, p. 36-37, apud Berringer, 2014, p.47).

Para ele, a burguesia interna, devido a sua dependência em relação ao capital estrangeiro, tem uma dissolução da autonomia político-ideológica frente ao capital imperialista, o que leva esta fração a não ter interesse em formar uma aliança com as classes dominadas, apresentando uma fragilidade ideológica (Berringer, 2014). Somado a isso, essa fração apresenta um comportamento pendular, no qual em momentos em que se constitui como fração hegemônica há a possibilidade de realizar concessões às classes dominadas ou formar uma frente política com essas (Martuscelli, 2018). Esta fração é composta por setores da indústria de bens de consumo, indústrias de construção, setores que dependem da industrialização ou serviços (Berringer, 2014).

Em relação às classes dominadas, há de se destacar que elas não influenciam fortemente a formulação da política externa, mas podem, por meio de alianças ou participação em frentes políticas com frações das classes dominantes, apoiar as políticas tomadas pela fração hegemônica por serem de interesse das classes dominadas. Um exemplo disso pode ser a política de proteção à indústria nacional frente ao mercado externo. No caso de aliança, as classes dominadas se tornam classe-apoio e auxiliam na luta anti-imperialista, já no caso de uma frente política é uma relação mais fluida e nem sempre feita de maneira consciente e, portanto, a força dessa relação é menor (Berringer, 2014). No Quadro 1, sintetiza-se o entendimento de fração hegemônica e posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica.

Quadro 1 – Fração hegemônica e a posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica

Posição do Estado na estrutura de poder internacional	Fração hegemônica no bloco no poder	Posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica	Modelos/formas de integração regional
Estado Dependente	Burguesia associada ou compradora	Subordinação passiva	Regionalismo Aberto
Estado Dependente	Burguesia interna	Subordinação conflitiva	Regionalismo Multidimensional
Estado Dependente	Burguesia nacional	Anti-imperialista	Integração anti-imperialista

Fonte: Berringer e Ferreira (2021)

Partindo desse arcabouço teórico é possível realizar uma análise marxista da política externa brasileira. Por meio do entendimento de qual é a fração de classe hegemônica de um determinado período e sua relação com as classes dominadas, consegue-se compreender a posição do Estado e sua atuação internacional em uma determinada conjuntura histórica (Berringer, 2014). Com isso em mente, prosseguimos para as análises de políticas externas.

BLOCO NO PODER E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Em 2002, com a vitória de Lula para a presidência, há duas grandes modificações importantes na política nacional. Houve a ascensão da grande burguesia interna à posição de fração hegemônica no bloco no poder em detrimento da burguesia associada que era detentora da hegemonia no governo anterior (Boito Jr, 2018). Como também ocorreu a formação de uma frente política entre a nova fração hegemônica e os principais setores das classes populares, sendo esta frente denominada de frente neodesenvolvimentista[3] (Boito Jr e Berringer, 2013). No período em que esteve no poder, de 2003 até 2016, foram atendidos os interesses das forças que a integram, priorizando os da grande burguesia interna. Isto se refletiu na adoção de políticas que visavam o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, como:

3 Segundo Boito Jr e Berringer (2013) essa frente política é ampla, heterogênea e repleta de contradições, sendo representada pelo Partido dos Trabalhadores e formada pela grande burguesia interna (força dirigente), baixa classe média, operariado urbano, campesinato e a massa marginal.

> (i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica. (Boito Jr e Berringer, 2013, p.32)

Em relação à política externa do período Lula, ela se pautou nas relações com Estados dependentes (as relações sul-sul) por meio de criação de coalizões internacionais, fortalecimento do processo de integração regional, crítica às assimetrias de poder e desigualdades nas regras das organizações internacionais e a reincorporação da busca pelo desenvolvimento com elemento central da inserção internacional do Brasil. Nesse sentido, os interesses internacionais da grande burguesia interna, sendo eles o apoio do estado na conquista de novos mercados para exportação de capital e mercadorias, prioridade de seus produtos e serviços nas compras estatais e maior proteção do Estado para com o mercado interno, foram responsáveis por e contemplados pela atuação internacional do Estado brasileiro (Berringer, 2014).

Exemplos da atuação internacional do Brasil foram: criação do fórum IBAS, luta pela reforma do conselho de segurança da ONU, formação do G-20 comercial para resistir à pressão dos desenvolvidos nas negociações da Rodada Doha da OMC, fortalecimento do MERCOSUL, criação da UNASUL e da CELAC, expansão das relações com os Estados africanos e do Oriente Médio, crítica ao FMI e a sua política de austeridade e condicionalidade, entre outros. O Estado brasileiro, nesse período buscou maior autonomia internacional para ações que atendessem aos interesses econômicos da grande burguesia interna, incluindo conflitos pontuais com os EUA, como no caso das críticas a invasão do Iraque, o acordo nuclear com o Irã e o arquivamento da ALCA, podendo-se interpretar a posição política do Estado Brasileiro como de subordinação conflitiva (Berringer, 2014).

A respeito do governo Dilma, entende-se que este dá continuidade à política externa do governo Lula. Há a manutenção da postura de subordinação conflitiva com o imperialismo, privilegiando os interesses da grande burguesia interna (Berringer, 2023). Essa postura pode ser verificada pelas seguintes ações tomadas durante o governo Dilma: apresentação da ideia de "Responsabilidade ao Proteger", voto contra a resolução da ONU que previa o uso de força na Síria em 2013, aprovação de uma resolução na ONU sobre proteção internacional de dados após a revelação de espionagem por parte dos EUA, continuação do fortalecimento da integração regional com a incorporação da Venezuela e a admissão da Bolívia no MERCOSUL, e o avanço na consolidação dos BRICS, com o lançamento do Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reserva em 2014.

Entretanto, comparado ao governo Lula, houve uma maior limitação da atuação internacional brasileira que, segundo Bastos e Hiratuka (2020), adveio do cenário econômico internacional em desaceleração resultante da crise econômica de 2008, como também pelo novo papel da China na política internacional e na América do Sul, o acirramento do conflito EUA e China, a ofensiva imperialista dos EUA contra os governos neodesenvolvimentistas da América Latina e o surgimento de movimentos e governos de extrema-direita em diversos países (Berringer, 2023).

A partir das crises políticas de 2013 e do mau desempenho da economia brasileira, a grande burguesia interna começa a questionar seu apoio à política externa devido aos seguintes fatores:

> 1) a diminuição do PIB; 2) o aumento das barreiras comerciais da Argentina, dado a crise econômica e política e a necessidade de proteger a sua indústria; 3) a formação da Aliança do Pacífico 4) o Golpe de Estado no Paraguai, dando início à crise do período de governos "progressistas" ou neodesenvolvimentistas (reformistas); 5) a entrada da Venezuela no MERCOSUL e o aprofundamento da crise política naquele país; 6) o aumento das importações, que disputam os mercados local e regional com a burguesia interna brasileira. (Berringer, 2023)

Com o aprofundamento da crise econômica somada à crise política interna, amplificada pela Operação Lava-Jato, que contou com apoio dos EUA e mobilizou a alta classe média contra o governo, houve início o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff em 2016. Segundo Berringer e Nascimento (2023), o centro do conflito social e político foi a questão distributiva ligada à política de valorização do salário-mínimo, o gasto do Estado com políticas sociais e o aumento no número de greves bem-sucedidas que corroeram a taxa de lucro da burguesia, somada à diminuição do crescimento do PIB e dos investimentos e os impactos econômicos da Operação Lava-Jato. A partir disso, a grande burguesia interna rompe com a frente neodesenvolvimentista e fragmenta-se, levando setores dela a aliar-se com a burguesia associada à frente neoliberal ortodoxa[4] (Boito Jr, 2018). Um exemplo disso é a FIESP que, a partir do final da gestão de Paulo Skaf, começa a defender uma inserção internacional mais próxima dos Estados imperialistas, com documentos da entidade defendendo um distanciamento do MERCOSUL, dos BRICS e da integração regional, em prol de maior aproximação comercial com os EUA e a União Europeia (UE), como demonstrado pelo interesse em aderir à OCDE e

4 A frente neoliberal ortodoxa é uma frente política composta pela burguesia associada, alta classe média e pelo capital externo. Essa frente tem como programa o modelo neoliberal de capitalismo, defendendo políticas de austeridade fiscal, privatizações, abertura comercial, entre outros, e disputa diretamente com a frente neodesenvolvimentista o controle das políticas social, econômica e externa do Estado brasileiro.

acelerar as negociações do acordo MERCOSUL-UE, além de apontarem que a assinatura do *Trans-Pacific Partnership* por outros países da região demonstrariam o isolamento do Brasil (Berringer e Nascimento, 2023).

Após o golpe contra a Dilma Rousseff, em agosto de 2016, Michel Temer ascende à presidência com um programa político neoliberal chamado "Uma Ponte para o Futuro", assinalando uma transição na hegemonia no bloco no poder, com a burguesia associada ocupando o papel de fração hegemônica, e evidenciando a adesão de parte da burguesia industrial ao programa da frente neoliberal ortodoxa. Essa mudança no bloco no poder refletiu-se nas políticas do governo Temer como: as reformas trabalhista e previdenciária, a implementação do teto de gastos, abandono do regime de partilha da exploração do pré-sal, fim da política de conteúdo local nas compras governamentais, redução dos recursos do BNDES e rodadas de privatizações envolvendo o setor elétrico, portuário e aeroviário (Reis e Berringer, 2018). Todas essas políticas intensificaram a dependência produtiva, tecnológica, econômica e política do Estado brasileiro, contribuindo para uma inserção internacional rebaixada.

No campo da política externa, a postura adotada pelo governo Temer foi a de subordinação passiva, com uma inserção internacional alinhada aos Estados Unidos. Berringer e Forlini (2018) vão apontar como exemplos de ações tomadas que refletem esse posicionamento: I) a reaproximação com os EUA, envolvendo a renegociação do acordo de uso da base de Alcântara, treinamento conjunto das forças armadas na Amazônia e a (tentativa de) venda da Embraer para a Boeing; II) interesse renovado na renegociação do acordo MERCOSUL-UE; III) desconstrução do processo de integração regional, com o retorno do MERCOSUL ao modelo de regionalismo aberto, a paralisação e suspensão da participação do Brasil na UNASUL e a adesão brasileira ao Grupo de Lima em oposição à Venezuela; IV) o esvaziamento do conteúdo político dos BRICS; V) encerramento das políticas de cooperação Sul-Sul; VI) sinalizações de subordinação que vão na contramão da política externa dos governos petistas, com a candidatura do Brasil para entrar na OCDE a adesão do protocolo adicional do Tratado de Não Proliferação de Armas (TNP), entre outras.

Em seguida, com a ascensão do governo Bolsonaro, há a continuação da estrutura do bloco no poder, com a manutenção da burguesia associada como fração hegemônica, tendo em vista a continuação das políticas de privatização vindas de Temer, como também a indicação do economista neoliberal Paulo Guedes para o ministério da economia, os leilões dos campos de pré-sal, a privatização da Eletrobras, manutenção da política de preço paridade internacional (PPI), entre outros. Entretanto, há um diferencial do governo Bolsonaro em relação à Temer. Seu governo pode ser considerado como neofascista, tendo como sua base e

classe-apoio[5] um movimento de massa da alta classe média neofascista que teve seu embrião nos protestos em prol da deposição do governo Dilma (Boito Jr, 2021).

Em relação à política externa de Bolsonaro, este deu continuidade a subordinação passiva, entretanto, devido ao caráter neofascista de seu governo, refletido na inserção internacional do Estado brasileiro e as rupturas que ele estabelece com a tradição diplomática brasileira, caracteriza-se como subordinação passiva com características neofascistas (Souza, 2023). Esta forma de inserção internacional diferencia-se da subordinação passiva tradicional, vista nos governos FHC e Temer, apresentando três características que a distinguem. Primeiro, a política externa continua atendendo prioritariamente os interesses econômicos da burguesia associada, entretanto há também uma pressão por parte da classe média para o cumprimento de seus interesses ideológicos. Segundo, mantém-se a confluência de interesses com o imperialismo somado a críticas de elementos do Sistema Internacional. Por fim, permanece a defesa da abertura comercial e de interesses ligados ao capital internacional, mas agora com a presença de conflitos com os valores hegemônicos do Sistema Internacional ligados ao meio ambiente, direitos humanos e a democracia liberal (Souza, 2023). Nesse sentido, a política externa de Bolsonaro é marcada por essa contradição de interesses da grande burguesia e a classe média fascistizada, resultando na dicotomia entre os interesses econômicos da primeira e os interesses ideológicos da segunda, o que faz o governo adotar uma política externa com características neofascistas.

Dentre os exemplos para justificar essa caracterização se destacam alguns: alinhamento automático e ideológico ao governo de Donald Trump, sendo essa a principal diretriz da política externa no governo Bolsonaro; existência de um nacionalismo às avessas[6] com a manutenção da candidatura a OCDE (envolvendo uma maior liberalização dos fluxos de capitais), abrindo mão do tratamento especial e diferenciado na OMC, continuação da negociação do acordo Mercosul-UE, entrega da Base de Lançamentos Aeroespaciais de Alcântara para os EUA, votando a favor da manutenção do embargo comercial a Cuba e assinatura de acordos de facilitação de comércio com os EUA; política de hostilidade e rompimento de relações com a Venezuela, incluindo o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente interino daquele país; criação do PROSUL como substituto da UNASUL, focando em liberalizar o comércio e

5 Segundo Poulantzas (2019), a classe-apoio é uma classe que serve como base de um determinado regime político por motivações ideológicas, não tendo, necessariamente, seus interesses contemplados pelo governo, o que as diferencia das classes aliadas, que recebem concessões em troca de apoio ao governo

6 "Trata-se de uma política que privilegia o conteúdo retórico do nacionalismo, mas é marcada pelo alinhamento aos EUA e a defesa de um neoliberalismo extremado. Essa análise é corroborada pela agenda ampla de liberalização comercial e cessão da soberania." (Souza, 2023, p.62)

isolar o Estado Venezuelano na região; utilização das representações do Estado brasileiro em organismos internacionais de Direitos Humanos para difusão de ideologia de extrema-direita, como no caso da oposição total a qualquer menção a questões de gênero e as iniciativas políticas contra os direitos das mulheres, especialmente no que diz respeito ao tema do aborto; rejeição à pauta ambiental, obstruindo arranjos multilaterais sobre o tema; tensionamentos na relação com a China, que é governada pelo Partido Comunista, acusando-a de criação e disseminação do vírus da COVID-19; ideologia do americanismo, com a criação de um ideário no qual os valores dos EUA aparecem para alta classe média como modo de vida a ser seguido e exemplo de modernidade (Souza, 2023).

Aqui vale mencionarmos uma outra análise da política externa do governo Bolsonaro que, apesar de não utilizar o mesmo marco teórico, conversa em determinados aspectos com a interpretação empregada nesse artigo, além de apresentar também pontos importantes a serem captados que ajudam a compreender a relação com o Paraguai neste governo. Ao analisarem a política externa do governo Bolsonaro, Hirst e Maciel (2022) argumentam que ela é pautada em três pilares que representam atores e interesses distintos, são eles: o núcleo político ideológico, representando o ideário da extrema direita; a política econômica liberal-conservadora, contemplando a face externa da economia política; e, por fim, o complexo de segurança e defesa, que se relaciona às sintonias externas da militarização do Estado Brasileiro. Cada um desses pilares cumpre um papel na política externa se articulando nacional, regional e internacionalmente. Para este artigo, a política econômica e complexo de segurança e defesa são os mais relevantes, já que dialogam melhor com o marco teórico marxista, e se apresentam mais nitidamente na relação do Brasil com o Paraguai, como será demonstrado mais à frente.

No caso da política econômica liberal-conservadora é possível associar essa com os interesses da burguesia associada, tendo no âmbito doméstico um aprofundamento da agenda econômica neoliberal, junto com um fortalecimento do agronegócio e defesa do capital financeiro, enquanto, no aspecto regional, tem-se a preservação dos mercados sul-americanos, ao mesmo tempo que se reduz compromissos de reciprocidade, institucionalidade e de responsabilidades compartilhadas (Hirst e Maciel, 2022). Em relação ao complexo de segurança e defesa, é possível localizar que os interesses dos militares, no âmbito doméstico, aparecem sob a forma da crescente presença do militar em cargos ministeriais de primeiro escalão e sua ampla presença no restante da administração pública federal, enquanto no plano regional se destaca a cooperação militar e de inteligência com regimes conservadores (Hirst e Maciel, 2022).

RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI E BLOCO NO PODER

Historicamente, desde a Guerra da Tríplice Aliança até 1954, ano que marca a ascensão de Alfredo Stroessner ao poder no Paraguai e instauração de sua ditadura, as relações desse país com o Brasil foram marcadas por um distanciamento entre os dois países. Entretanto, sob a ditadura de Stroessner, a relação entre os dois países passa por uma reaproximação pautada em termos de realização de obras de infraestrutura no Paraguai, com apoio brasileiro, e uma política externa paraguaia pendular entre Brasil e Argentina, buscando beneficiar-se das disputas de influência entre os dois países sobre a região do Prata (Silva, 2006). Em razão dos conflitos sobre as utilizações das águas dos rios da bacia do Prata nas décadas de 1960 e 1970, Brasil e Paraguai se aproximam mais ainda em oposição a Argentina, culminando no Tratado de Itaipu em 1973, que consolidou a reaproximação realizada por Stroessner e criou um marco na relação bilateral que aproxima continuamente os dois países. Entretanto, isso não significa dizer que essa relação não teve seus altos e baixos, como será demonstrado a seguir, sendo a forma que esse relacionamento toma predominantemente determinada pelas relações de classe internas aos Estados brasileiros e paraguaios. Estes momentos de altos e baixos podem ser vistos no período de 2003 a 2022, quando é possível observar tanto uma forte aproximação e cooperação, em determinados momentos, enquanto em outros se apresentam conflitos e distanciamentos.

O governo Lula vai abranger três governos paraguaios: o final do governo de Luis Macchi (até agosto de 2003), o governo inteiro de Nicanor Duarte Frutos (2003 até agosto de 2008) e a primeira metade do governo Fernando Lugo. Este período é marcado principalmente pela cooperação bilateral, pelo incremento das relações comerciais e pela revisão do tratado de Itaipu em 2009. No campo da cooperação bilateral foram realizados inúmeros projetos sinalizando para uma ampliação da agenda bilateral, com a entrada de temas sociais e humanitários. Dentre esses projetos podemos destacar: a instituição do programa Bolsa-Escola nos perímetros de atuação de Itaipu Binacional; projetos de assistência a pessoas com HIV/AIDS no Paraguai; a incorporação de temas sociais e ambientais à missão de Itaipu, a cooperação técnica em desenvolvimento agrário, ciência, gestão de políticas públicas, capacitação profissional; além de medidas para estimular investimentos brasileiros no país vizinho (Paula, 2014).

Destaca-se que, durante o período do governo Lula com o governo Duarte Frutos, houve pequenos tensionamentos da relação, associados ao acordo militar entre o Paraguai e os EUA, envolvendo o deslocamento de tropas e aviões estadunidenses para o país, além dos históricos reclamos paraguaios sobre a Usina de Itaipu, que demandavam a revisão da dívida da construção da usina. Essas ações fizeram com que o Brasil sentisse a necessidade de "atrair o Paraguai para sua esfera de influência, proporcionando condições satisfatórias para que o país pudesse manter seu interesse na integração" (Paula, 2014, p.92). Tendo isto em vista, em 2005,

CC BY NC SA

atualiza-se as bases financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, com o fator multiplicador do valor pago pela cessão de energia passando de 4,0 para 5,1 (Paula, 2014). Nos anos seguintes, intensificaram-se ainda mais as relações bilaterais havendo mais acordos de cooperação, especialmente no âmbito comercial, com ênfase na integração e complementação produtiva, a disposição de instituições brasileiras, como BNDES, EMBRAPA e INPE, no financiamento e realização de obras de infraestrutura e projetos de cooperação, além da criação de linha de crédito brasileira para o investimento direto no Paraguai (Paula, 2014).

Entretanto, com a eleição de Fernando Lugo para a presidência do Paraguai, pautado em um discurso reivindicatório em relação a Itaipu, surge um desafio na relação entre os dois países. Lugo tinha como pautas o combate à extrema pobreza e à corrupção, priorização da saúde e educação, reforma agrária e recuperação da soberania nacional (Almeida, 2015). Nesse último encontra-se a reivindicação de renegociação do tratado de Itaipu, que era visto por Lugo como uma forma de trazer desenvolvimento econômico para o país e reduzir desigualdades sociais (Toledo, 2015). Havia, segundo Codas (2011), seis reivindicações paraguaias: soberania energética, preço justo pela energia adquirida, revisão da dívida de Itaipu e eliminação de sua parte ilegítima, cogestão paritária plena na direção da usina, transparência e controle público das contas de Itaipu e realização das obras faltantes.

Após alguns meses de negociação foi alcançado, em 2009, uma revisão do tratado que atendeu à grande maioria das reivindicações paraguaias, se consolidando em um documento chamado "Construindo uma nova etapa nas relações bilaterais". Dentre as disposições do documento podemos citar: ficou acordado que haveria uma triplicação do valor pago pela energia, a ANDE (Administración Nacional de Eletricidad) teria o direito de gradualmente comercializar a energia paraguaia em território brasileiro sem intermediação da ELETROBRAS, comentou-se a possibilidade de venda de eletricidade para países terceiros em 2023, abertura de uma auditoria para ver a questão da dívida, consolidação da cogestão sobre Itaipu, e, por fim, o Brasil se compromete em construir as obras faltantes, como uma linha de transmissão até Villa Hayes e uma nova subestação seccionadora, entre outras, com o intuito de fazer com que o Paraguai consuma mais energia (Brasil-Paraguai, 2009).

Para além da questão de Itaipu, durante o período em que Fernando Lugo (2008-2012) esteve como presidente, mais projetos de cooperação bilateral foram assinados entre Brasil e Paraguai. Em 2008, houve o acordo de cooperação para implementação de um projeto de capacitação em análises sociodemográficas de funcionários do governo paraguaio visando melhora na formulação e execução de políticas públicas (Brasil, 2008). Em 2009, foram assinados dois acordos de cooperação: um sobre desenvolvimento dos meios de comunicação social públicos, via formação e capacitação técnica, intercâmbio de jornalistas, experiências e informações sobre temas da área (Brasil, 2009a), e o outro a respeito da ampliação e expansão do Centro de Formação e Capacitação Profissional em Hernandarias (Brasil, 2009b). O ano de

2010 continua com assinatura de novos acordos nos campos de capacitação e cooperação em políticas públicas para o desenvolvimento (Brasil, 2010a), técnicas de cultivo e criação para diversificação da agricultura familiar no Paraguai (Brasil, 2010b), desenvolvimento de software de código livre e aberto para promoção de governo eletrônico (Brasil, 2010c), além de um comunicado conjunto estabelecendo a utilização do FOCEM para construção da linha de transmissão de energia até Vila Hayes (Brasil-Paraguai, 2010). Em 28 de junho de 2011, mais quatro acordos são assinados: harmonização de políticas de combate e prevenção do uso de drogas e reabilitação de fármaco-dependentes (Brasil, 2011a), intercâmbio de conhecimentos e experiências no âmbito de assessoria jurídica governamental (Brasil, 2011b), cooperação no desenvolvimento da pecuária leiteira voltado para o desenvolvimento da cadeia produtiva nesse setor (Brasil, 2011c) e fortalecimento dos mecanismos de gestão e prestação de serviços públicos no Paraguai (Brasil, 2011d). Por fim, no ano de 2012, foi assinado o último acordo de cooperação desse período, sendo ele sobre a promoção e ampliação de diálogo regulatório entre autoridades sanitárias dos dois países (Brasil, 2012).

Essa proliferação de diversos acordos de cooperação bilateral durante esse período podem ser considerada como um reflexo dos interesses dos setores populares da frente neodesenvolvimentista, expressos nessa política de cooperação Sul-Sul. Ao mesmo tempo que esses diversos acordos geraram uma maior aproximação entre o Brasil e Paraguai, outro fator de aproximação entre os dois países foi o aumento no comércio bilateral, tanto de exportações, que cresceram de US$ 707.089.065 para US$ $2.617.442.885, como importações, que saltam de US$1.512.060.537 para US$2.787.104.233 (Brasil, 2023), conforme evidenciado pela Tabela 1. Esse aumento atendeu diretamente aos interesses da burguesia interna, que é a fração hegemônica no bloco no poder nesse período, que tinha como interesse internacional o apoio do estado brasileiro na conquista de novos mercados para exportação de mercadorias.

Tabela 1: Balança comercial Brasil-Paraguai 2003-2022 (Valor US$ FOB)

Ano	Exportações	Importações	Total (Imp +Exp)	Saldo (Exp -Imp)[7]
2003	$707.089.065,00	$1.512.060.537,00	$2.219.149.602,00	-$804.971.472,00
2004	$871.237.198,00	$1.367.023.132,00	$2.238.260.330,00	-$495.785.934,00
2005	$966.191.948,00	$1.543.223.264,00	$2.509.415.212,00	-$577.031.316,00
2006	$1.233.378.260,00	$1.634.194.627,00	$2.867.572.887,00	-$400.816.367,00
2007	$1.648.190.791,00	$2.000.648.819,00	$3.648.839.610,00	-$352.458.028,00

contínua

7 Importante destacar, segundo César (2016), o que explica a existência deficits comerciais na balança comercial são a entrada na contabilização das importações brasileiras dos produtos de reexportação do Paraguai para o Brasil (relacionados a indústria maquiladora) e a compra de energia elétrica advinda da Usina Hidrelétrica de Itaipu, removendo esses dois fatores o Brasil registra na verdade um superavit na sua balança comercial com o Paraguai.

Ano	Exportações	Importações	Total (Imp +Exp)	Saldo (Exp -Imp)[8]
2008	$2.487.298.432,00	$2.248.514.884,00	$4.735.813.316,00	$238.783.548,00
2009	$1.683.892.660,00	$2.177.251.796,00	$3.861.144.456,00	-$493.359.136,00
2010	$2.547.743.025,00	$2.173.847.471,00	$4.721.590.496,00	$373.895.554,00
2011	$2.967.412.193,00	$2.442.147.171,00	$5.409.559.364,00	$525.265.022,00
2012	$2.617.442.885,00	$2.787.104.233,00	$5.404.547.118,00	-$169.661.348,00
2013	$2.996.600.386,00	$2.857.728.862,00	$5.854.329.248,00	$138.871.524,00
2014	$3.193.506.727,00	$2.893.188.590,00	$6.086.695.317,00	$300.318.137,00
2015	$2.473.259.309,00	$2.537.212.577,00	$5.010.471.886,00	-$63.953.268,00
2016	$2.220.841.458,00	$2.947.351.595,00	$5.168.193.053,00	-$726.510.137,00
2017	$2.646.222.649,00	$2.790.031.723,00	$5.436.254.372,00	-$143.809.074,00
2018	$2.912.317.162,00	$2.798.925.878,00	$5.711.243.040,00	$113.391.284,00
2019	$2.479.932.573,00	$2.803.303.811,00	$5.283.236.384,00	-$323.371.238,00
2020	$2.152.550.659,00	$2.971.508.865,00	$5.124.059.524,00	-$818.958.206,00
2021	$3.041.354.534,00	$3.598.376.735,00	$6.639.731.269,00	-$557.022.201,00
2022	$3.519.019.653,00	$3.636.167.344,00	$7.155.186.997,00	-$117.147.691,00

Fonte: Elaboração própria, com base no comexstat (Brasil, 2023)

Todavia, as relações Brasil-Paraguai seriam estremecidas e sofreriam um grande desgaste a partir do golpe parlamentar sofrido por Fernando Lugo em 2012, levando o então vice-presidente Frederico Franco a assumir como Presidente da República. O Brasil entendeu que o processo de "*impeachment*" violou o direito de ampla defesa e do contraditório de Lugo, resultando no país apoiar a imposição de sanções políticas ao Paraguai no âmbito do MERCOSUL e UNASUL com base nos Protocolos de Ushuaia e Ushuaia 2. Mesmo assim, não apoiou a aplicação de sanções econômicas, como também não cortou investimentos e financiamento de projetos de cooperação. Contudo, não houve renovação ou implementação de novas iniciativas e os investimentos privados brasileiros no país foram temporariamente paralisados (Espósito Neto e Paula, 2015). Soma-se a isso a aprovação da adesão da Venezuela ao MERCOSUL, sem a ratificação da decisão pelo Paraguai, pois estava suspenso do bloco, abalando ainda mais as relações entre Brasil e Paraguai, sendo considerada como uma afronta à sua soberania. Em retaliação, o governo paraguaio começa a fazer oposição aos interesses brasileiros em órgãos multilaterais, não apoiando a eleição do candidato brasileiro para o cargo de secretário-geral da OMC, e buscou diversificar suas relações a fim de reduzir sua dependência do MERCOSUL,

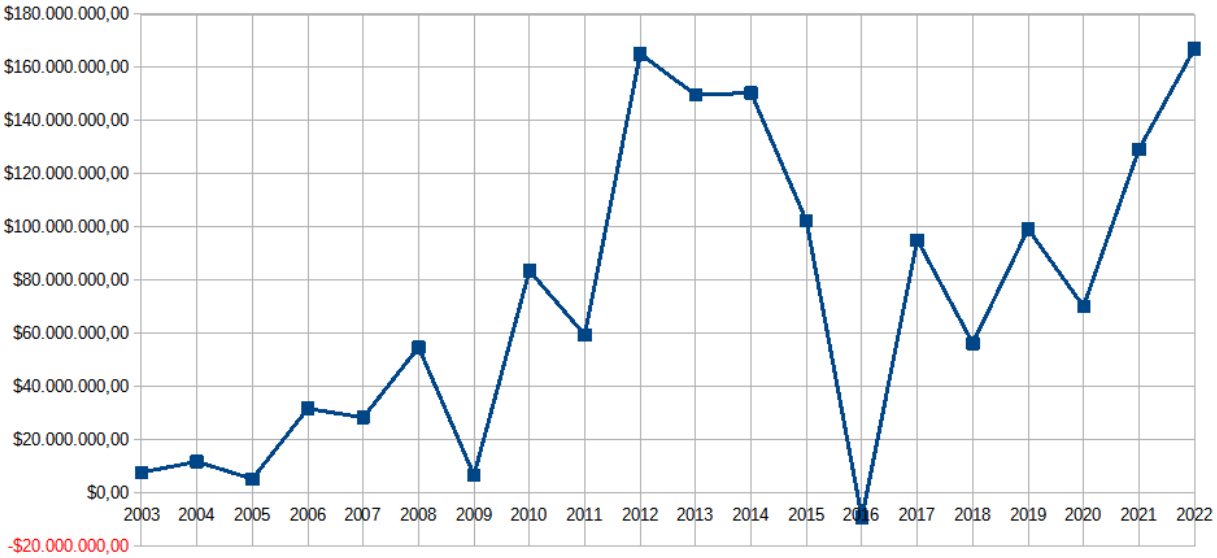
8 Importante destacar, segundo César (2016), o que explica a existência deficits comerciais na balança comercial são a entrada na contabilização das importações brasileiras dos produtos de reexportação do Paraguai para o Brasil (relacionados a indústria maquiladora) e a compra de energia elétrica advinda da Usina Hidrelétrica de Itaipu, removendo esses dois fatores o Brasil registra na verdade um superavit na sua balança comercial com o Paraguai.

demonstrando interesse em aderir à Aliança do Pacífico e em participar das negociações do *Trade in Services Agreement* (Tisa) (Espósito Neto e Frachini, 2022).

Em 2013, com a eleição do empresário Horácio Cartes, há uma estabilização do cenário político do Paraguai e a adoção de um novo programa econômico chamado "Nuevo Rumbo". Esse programa econômico apresentava um caráter neoliberal, sendo pautado por política de atração de capitais estrangeiros, a fim de desenvolver os setores industriais e de serviços do país, tendo como inspiração o modelo neoliberal chileno e rompendo com as políticas sociais e redistributivas dos governos Duarte Frutos e Lugo (Lachi, 2018). Outras características do Governo Cartes foram o fortalecimento da militarização da sociedade paraguaia, personalismo em volta do presidente (cartismo) e uma inserção internacional mais distante da América do Sul e do Mercosul e voltada para busca de investimentos externos. No que diz respeito ao relacionamento com o Brasil, as relações voltaram à normalidade, com o retorno do país às instituições regionais, dando fim ao período de tensionamento e distanciamento e a volta de um processo de reaproximação e restauração de confiança. Porém, neste período houve uma maior ênfase nas relações econômico-comerciais e cooperação na área de segurança, divergindo do período anterior, no qual a agenda temática também abrangia temas ambientais e sociais (Espósito Neto e Frachini, 2022). Contudo, vale ressaltar que, ainda nesse período, não houve a total exclusão de temas sociais da relação entre os dois países, havendo apenas uma mudança de foco na agenda temática da relação bilateral. Um exemplo de acordo que reflete temas sociais na agenda entre os dois países nesse período é a renovação do FOCEM com destino de 43,65% do financiamento para projetos apresentados pelo Paraguai (Mercosul, 2015).

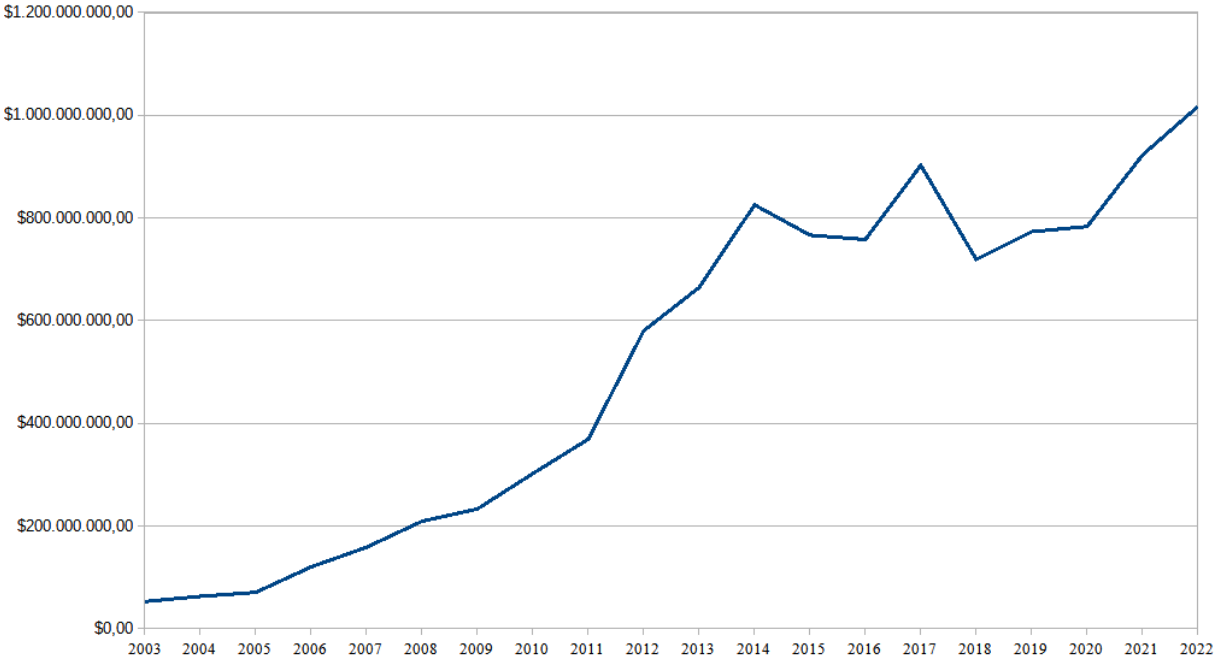
Uma das razões para essa mudança de foco na relação bilateral é a chegada de Horácio Cartes à presidência do Paraguai e a implementação de seu programa econômico neoliberal, o que pode indicar uma mudança na fração hegemônica do bloco no poder no Paraguai para uma burguesia compradora, por sua vez, gerando um descompasso com o bloco no poder do Brasil que tem como sua fração hegemônica a burguesia interna. Nesse período de reaproximação, o congresso paraguaio aprovou a entrada da Venezuela no Mercosul e o governo paraguaio reforçou a disposição do país em receber investimentos e fazer negócios com o empresariado brasileiro, havendo um contínuo crescimento no comércio bilateral entre os dois países, retomando patamares anteriores ao golpe. Além disso, também houve um crescimento nos investimentos externos brasileiros (ver Gráficos 1 e 2), o estoque de investimento externo brasileiro no Paraguai chegou a US$825.366.650 em 2014 (Paraguai, 2022), além de maior presença de produtos industrializados e de maior valor agregado (Espósito Neto e Franchini, 2022, p.14-15). Por fim, esse período também apresenta um maior desenvolvimento das pautas securitárias na relação bilateral, com o avanço do Sisfron e o estabelecimento do "Mecanismo 2+2 de Consulta Política e Avaliação Estratégica" visando o intercâmbio de informações e coordenação de cooperação e iniciativas militares (Espósito Neto e Franchini, 2022).

Gráfico 1: Fluxo de Investimento Externo Direto do Brasil no Paraguai (US$ por ano)



Fonte: Elaboração própria, com base no Banco Central del Paraguay (Paraguai, 2022)

Gráfico 2: Estoque de Investimento Externo Direto do Brasil no Paraguai (US$ por ano)



Fonte: Elaboração própria, com base no Banco Central del Paraguay (Paraguai, 2022)

O golpe contra Dilma e a chegada de Temer à presidência do Brasil com a instauração do programa político neoliberal chamado "Uma Ponte para o Futuro" representou uma ofensiva por parte da burguesia associada, que liderava a frente neoliberal ortodoxa, para tornar-se a fração hegemônica no bloco no poder (Boito Jr, 2018). Essa mudança, por sua vez, gerou consequências na agenda temática da relação com o Paraguai, sendo pautada principalmente por temas econômicos e de segurança e a defesa do regionalismo aberto como modelo de integração regional. É possível constatar essa alteração desde o início do novo mandato no comunicado conjunto da visita do presidente do Brasil ao Paraguai no dia 04 de outubro de 2016, em que se enfatizou o fortalecimento das relações comerciais e de investimentos entre os dois países, a intensificação da cooperação no campo da defesa e segurança pública e o interesse mútuo da volta do Mercosul a pautas econômico-comerciais, especialmente na agenda externa comercial (Brasil, 2016). Corroborando ainda mais essa mudança de foco da agenda do governo brasileiro com o vizinho é possível citar: 1) o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul (Mercosul, 2017a); 2) acordo sobre troca de informações sobre fabricação e tráfico ilícito de armas de fogo (Mercosul, 2017b); 3) a visita do presidente Horácio Cartes ao Brasil, em 21 de agosto de 2017, que reenfatizou a importância dos temas comerciais e securitários, com menções positivas a retomada das negociações do acordo Mercosul-UE (Brasil, 2017); 4) a realização da VI reunião da Comissão Mista Brasil-Paraguai sobre Drogas e Temas Conexos; 5) a participação dos dois países na formação do Grupo de Lima e a votação conjunta em prol da suspensão da Venezuela do Mercosul; 6) ambos os países contribuíram para o enfraquecimento e esvaziamento da UNASUL suspendendo suas atividades na organização.

Para Espósito Neto e Frachini, uma das causas para essa alteração no foco da relação bilateral foi:

> alteração nas elites governantes de Brasil e Paraguai, com suas percepções sobre o papel estatal nas relações internacionais e na integração regional, também contribuiu para essa mudança nas relações, que passaram a ter um perfil de regionalismo aberto com ênfase no âmbito econômico-comercial e com menor presença estatal.(Espósito Neto e Frachini, 2022, p.19)

A visão exposta acima está em consonância com a nossa hipótese de que a mudança na relação entre Brasil e Paraguai se deve principalmente a mudanças no interior do bloco no poder. Houve a alteração na fração hegemônica no Brasil, a partir do golpe de 2016, com o mesmo possivelmente ocorrendo no Paraguai a partir do Governo Horácio Cartes, ainda que para ter essa confirmação seja necessária uma pesquisa sobre as classes dominantes e o bloco no poder no Paraguai e seu impacto na relação com o Brasil.

Em 2018, ambos os países tiveram eleições presidenciais, com Bolsonaro sendo eleito no Brasil e Mario Abdo Benítez no Paraguai. Deve-se destacar que Mario Abdo, apesar de estar no mesmo partido de Horácio Cartes, pertence a uma ala mais conservadora e tradicionalista. Entretanto, isto provocou poucas rupturas em questões políticas com o governo anterior, principalmente na área da economia com a continuação do modelo neoliberal de atração de capital, fazendo cessão de interesses nacionais para atrair investimentos (Villagra e Ibarrola, 2020). No que diz respeito à relação bilateral, nesse período de 2019 a 2022, há uma continuidade com o período anterior, em que o foco da relação se mantém nos temas econômicos, comerciais e securitários. Exemplos que corroboram esta continuidade são os acordos firmados no âmbito do Mercosul sobre facilitação de comércio e cooperação policial nos espaços fronteiriços (Mercosul, 2019a, 2019b), que indicam a manutenção de um modelo de regionalismo aberto no bloco; em declaração conjunta na visita de Mario Abdo ao Brasil em 12 de março de 2019, os presidentes reafirmaram a cooperação na questão securitária, defesa do modelo de regionalismo aberto para o MERCOSUL e reconhecimento de Juan Guaidó como legítimo presidente da Venezuela (Brasil, 2019); a saída da UNASUL e a criação do PROSUL; a assinatura do Acordo de Complementação Econômica nº74 e Acordo Automotivo em 2020 (Brasil, 2020); acordo de combate e prevenção para prevenção e combate a corrupção em investimentos e comércio (Mercosul, 2022); e a decisão conjunta em reduzir a TEC em 10%, junto com a conclusão das negociações para um acordo de livre comércio do Mercosul com Singapura (Estadão, 2022).

Deve-se destacar que para além desses acordos, neste período também houve uma crise relativa à Usina Hidrelétrica de Itaipu, que ficou conhecida como Crise da Ata Bilateral Secreta de 2019.

Em 2019 foi deflagrada uma crise política no Paraguai após uma ata secreta sobre Itaipu tornar-se pública quase levando ao impeachment do presidente Mario Abdo Benítez. A questão se inicia com o governo brasileiro acusando o vizinho de fazer uma manobra fiscal para revender energia mais cara para o Brasil (Schreiber, 2019). Nesse sentido, os dois governos firmam, em maio do mesmo ano, um acordo secreto que impunha ao Paraguai uma elevação gradual na projeção do consumo de energia pelo país durante o período de 2020 até 2022 (Brasil-Paraguai, 2019), levando a um aumento da conta de luz para a população paraguaia. Entretanto, o acordo não havia sido assinado pelo Paraguai até julho do mesmo ano, o que levou o governo brasileiro começa a exercer pressão sobre o governo paraguaio para que o acordo fosse assinado, com o presidente Mario Abdo afirmando que o Brasil havia congelado relações com o seu país por não cumprir o que foi firmado (ABC Color, 2019), porém o presidente da ANDE se recusa a assinar o documento por ser um acordo prejudicial ao país e se demite do cargo. Somado a isso o documento vai a público e os jornais locais publicam mensagens de conversas do presidente, nas quais ele afirma que sabe dos prejuízos do acordo e pressiona o ex-presidente da ANDE a assinar (ABC Color, 2019). A população paraguaia, ao

saber do acordo, organiza protestos e inicia-se um processo de *impeachment* no congresso contra Mario Abdo, que rapidamente volta atrás no acordo para evitar a destituição. O governo brasileiro também adota a mesma posição, pois vê como menos grave manter o problema sobre Itaipu do que ter uma crise política ou a queda de um aliado no país vizinho (Schreiber, 2019). Por fim, em dezembro, os dois países chegam a um acordo que ficará vigente até 2022, no qual a ANDE se comprometeu em elevar em 42,5% o volume de energia adquirida da usina até 2022, a Eletrobrás concorda em comprar menos energia para o Paraguai consumir mais e se tem a garantia de que terá a manutenção do preço da tarifa de energia em 22,60 MWh (Estado de Minas, 2019).

Durante todo esse período, de 2016 a 2022, é possível perceber nos diversos acordos, comunicados e ações entre Brasil e Paraguai que houve predominância dos temas econômico-comerciais e securitários, com quase nenhum acordo de cooperação em temas sociais, e a defesa de um regionalismo aberto. Isto atendeu diretamente os interesses da burguesia compradora como fração hegemônica no bloco no poder no Brasil, como visto pelos acordos de facilitação de investimentos e comércio, a retomada da negociação acordo Mercosul-UE e também visto pela crescente retomada de investimentos brasileiros no Paraguai, que saíram de um estoque de US$ 757.912.613,00 em 2016 para US$ 1.017.061.534,00 em 2022 (Paraguai, 2022). Já a pauta securitária atendeu principalmente aos interesses da classe média, como classe-apoio, que defende uma posição de recrudescimento no combate ao crime organizado e a corrupção, temáticas que foram e são utilizadas para criticar as gestões da frente neodesenvolvimentistas durante os anos da crise política. Essa pauta também atendeu aos interesses dos militares, que durante esse período aumentaram sua presença e influência, sendo contemplados pela cooperação militar com regimes conservadores na região. Por fim, podemos argumentar que a redução dos acordos de cooperação em temas sociais está atrelada à mudança na fração hegemônica do bloco no poder e, como apontaram Hirst e Maciel (2022), no âmbito regional defendem uma conservação dos mercados regionais. Porém, havendo uma redução compromissos de reciprocidade, institucionalidade e de responsabilidades compartilhadas.

PERIODIZANDO AS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI

Ao observarmos em perspectiva o recorte longitudinal, é possível perceber que a forma como se desenvolveu a relação Brasil-Paraguai atendeu diretamente aos interesses da fração hegemônica no bloco no poder em cada período. Portanto, aqui propomos uma forma diferente de periodizar essa relação com base nesse arcabouço teórico analítico, dividindo-o em dois momentos: o Neodesenvolvimentista-Multidimensional (2003-2016) e o Neoliberal-Ortodoxo (2016-2022). Em relação ao primeiro, utilizamos esse termo como descrição do período

com base na frente neodesenvolvimentista no poder naquele momento e no conceito de regionalismo multidimensional proposto por Granato, Uberti e Menger (2021); Berringer (2019) e Costa (2021). Já o termo Neoliberal-Ortodoxo, utilizado por Boito Jr. (2021) e Botão (2023), é empregado para classificar o segundo período, pois ele demonstra a ênfase na pauta econômica e sua relação ao projeto da fração hegemônica no Brasil daquele momento, a burguesia associada, ao mesmo tempo que realça a temática da segurança, que também esteve fortemente presente no período.

Entre os anos 2003 e 2016, na fase Neodesenvolvimentista-Multidimensional, a grande burguesia interna e as outras classes da frente neodesenvolvimentista tiveram seus interesses prioritariamente atendidos, havendo a abertura de novos mercados e maior cooperação em temas sociais na agenda bilateral. Isto é comprovado tendo em vista que os acordos firmados nesse período atendiam aos interesses de conquistar novos mercados para a exportação de capitais, produtos e serviços, como visto pelos acordos mencionados, especialmente aqueles que visam a integração produtiva e o financiamento de obras no país. Além disso, mais um exemplo desses privilégios aos interesses da grande burguesia interna foi o crescimento das exportações brasileiras nesse período, que segundo dados do Comexstat, partiram de US$707.089.065,00 em 2003 e chegaram em seu auge em 2014 no valor de US$3.193.506.727,00 (Brasil, 2023). Ao olharmos para os dados do banco central paraguaio, percebemos o mesmo processo de crescimento do investimento brasileiro no Paraguai, saltando de um estoque de US$52.559.392,00 em 2003 e atingindo seu auge, nesse período, em 2014 com US$ 825.366.650,00 investidos no país (Paraguai, 2022).

Interessante notar que, apesar dos protestos da grande burguesia interna na revisão dos acordos de Itaipu, em razão do aumento do valor pago na compra da energia, o Estado atendeu seus interesses, visto pelo aumento das exportações e dos investimentos e como demonstraram as próprias instituições representantes dessa fração, com a FIESP incentivando seus membros a investirem ou instalarem empresas no vizinho devido ao baixo custo de energia e folha de pagamento (FIESP, 2013). Conforme Berringer e Ferreira (2021), destaca-se que a burguesia interna da mesma forma que pode estabelecer frentes ou alianças pontuais com as classes populares, pode também aceitar a ampliação das dimensões sociais da integração, atendendo parte das demandas das classes populares. Isso se realizou na política externa do período como evidenciam os diversos projetos de cooperação bilateral assinados entre o Brasil e o Paraguai, refletindo uma relação bilateral que se encaixa também nos moldes do regionalismo multidimensional, e na participação de centrais sindicais e movimentos sociais nos processos de integração regional, em especial na cúpula social do Mercosul (Berringer, 2018). Importante também salientar que o foco em pautas de cooperação bilateral em temas sociais não significou a ausência de projetos de cooperação em matéria de segurança, mas cabe apontar que estes últimos não foram destaque na agenda da relação entre os dois países neste momento, contrastando com o período subsequente.

Já no período que classificamos como Neoliberal-Ortodoxo, entre os anos de 2016 e 2022, os interesses da burguesia associada e dos outros componentes da frente neoliberal ortodoxa foram priorizados com ênfase, quase que única e exclusivamente, em temas econômico-comerciais e securitários. Isto pode ser visto nos acordos firmados nessa época tanto na relação bilateral como no âmbito do Mercosul, abrangendo temáticas de facilitação de investimento, comércio e segurança, além de posições conjuntas em relação a crise na Venezuela, a saída conjunta da UNASUL e a criação do PROSUL, o abandono da política de cooperação em temas sociais como eixo importante do relacionamento bilateral, e a defesa do retorno ao modelo de regionalismo aberto no Mercosul. Nesse período o comércio apresenta, em um primeiro momento, uma queda em comparação ao período anterior devido à crise econômica no Brasil, com as exportações caindo ao valor de US$ 2.220.841.458,00 em 2016. Entretanto, ao longo do período elas voltam a crescer novamente chegando em 2022 ao valor de US$ 3.519.019.653,00 (Brasil, 2023). Em comparação, ao olharmos para o fluxo de investimento brasileiro no Paraguai, percebemos um rápido e contínuo crescimento, saindo de um estoque de US$ 757.912.613,00 em 2016 para US$ 1.017.061.534,00 em 2022 (Paraguai, 2022). Importante destacar que há uma continuação na tendência de crescimento dos investimentos brasileiros no Paraguai em ambos os períodos. Isso ocorre pelo vizinho ser um país que fornece boas condições de lucratividade para a burguesia brasileira, em razão do regime de maquila, a frouxa legislação trabalhista e um custo barato de energia. Nesse sentido, compreendemos que esses fatores tornem os investimentos no vizinho um ponto de consenso entre as duas frações da burguesia, demonstrado pela própria continuidade no fluxo de capitais brasileiros nos dois períodos e na assinatura de acordos de facilitação de investimentos. Contudo, o que diferencia esse período do outro é que no primeiro se percebe a ausência de acordos para liberalização comercial, havendo uma ênfase nesse tema no período Neoliberal-Ortodoxo, além dos posicionamentos políticos conjuntos que retomam a subordinação passiva, e a predominância da pauta securitária. No que tange à Itaipu, houve a questão da Crise da Ata Bilateral Secreta de 2019, em que o governo brasileiro pressionou o governo vizinho a aumentar projeção de consumo de energia da usina encarecendo a tarifa de energia paga pelo Paraguai, com quase nenhum espaço para negociação nessa questão, o que demonstra uma posição mais rígida e inflexível frente às demandas paraguaias, só havendo uma flexibilidade com respeito à questão após o quase impeachment de um aliado regional do governo Bolsonaro.

Similarmente ao período anterior, outros integrantes da frente neoliberal ortodoxa também tiveram seus interesses atendidos nesse momento da relação bilateral. Tanto a classe média, na figura de classe-apoio, e os militares, como grupo influente na administração federal nos governos Temer e Bolsonaro, foram contemplados pelo foco na agenda securitária, tanto pela pauta ideológica da defesa de um recrudescimento no combate a corrupção e ao crime organizado, no caso do primeiro, como pelo interesse do segundo em aprofundar a cooperação em matéria militar e de inteligência com regimes conservadores da região. Ao mesmo

tempo, é possível notar a redução de acordos em temas sociais no relacionamento bilateral, causada tanto por um distanciamento do governo em relação a região, como também pela alteração da fração hegemônica no bloco no poder. Sendo assim, a frente neoliberal ortodoxa advoga, segundo Hirst e Maciel (2022) no conceito de política econômica liberal-conservadora, pela preservação dos mercados regionais. Contudo, há uma redução de compromissos de reciprocidade, institucionalidade e de responsabilidades compartilhadas.

Este artigo teve o intuito de demonstrar, de maneira geral, como se desenvolveram as relações entre Brasil e Paraguai nesse período de 2003 a 20022, destacando quais foram as principais pautas da agenda bilateral ao longo desses anos e suas mudanças, com base no bloco no poder e as frações hegemônicas no Brasil. Destacamos que ainda há muito espaço para pesquisa no campo marxista, especialmente em relação ao arcabouço teórico analítico da Teoria Poulantziana, no que tange às relações entre os dois países e as diversas interações entre as frações das burguesias brasileiras e paraguaias. Outras lacunas a serem estudadas são os aspectos específicos da relação bilateral como a indústria maquiladora, o agronegócio e os brasiguaios, entre outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC COLOR. Los reveladores mensajes alrededor del acuerdo secreto. *ABC Color*, 6 ago. 2019. Disponível em: https://www.abc.com.py/nacionales/2019/08/06/los-reveladores-mensajes-alrededor-del-acuerdo-secreto/.

ALMEIDA, Giordano Sousa de. *Renegociação do Tratado de Itaípu entre Lugo e Lula*. 2015. 386 f. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

AMARAL, Oswaldo do. O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, n. 4, p. 125–135, 2007. DOI: 10.20396/cemarx.v0i4.10814. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10814. Acesso em: 3 set. 2021.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; HIRATUKA, Célio. The Foreign Economic Policy of Dilma Rousseff's Government and the Limits of Dependency. *Latin American Perspectives*, v. 47, p. 1-22, 13 jan. 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X19894590. Acesso em: 25 maio 2022

BERRINGER, Tatiana. *Bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula*. 2014. 223 p. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281111. Acesso em: 24 ago. 2021

BERRINGER, Tatiana. Os movimentos populares e o sindicalismo brasileiros face aos processos de integração regional na América do Sul. *Mural Internacional*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 165–182, 2018. DOI: 10.12957/rmi.2017.33500. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/33500. Acesso em: 6 set. 2024.

BERRINGER, Tatiana. Política externa, burguesia interna e a crise política nos governos Dilma (2011-2016). *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 14, n. 67, p. 44–56, 2023. DOI: 10.22456/2178-8839.132078. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/132078. Acesso em: 14 nov. 2023.

BERRINGER, Tatiana; FERREIRA, Mariana Davi. "Classes Sociais, política externa e integração regional". In PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego (orgs). *Teoria das relações internacionais - contribuições marxistas***.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2021.

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 48, p. 5-19, dez. 2018. ISSN 2178-8839. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/83713. Acesso em: 16 nov. 2023.

BERRINGER, Tatiana; NASCIMENTO, Tuany Alves. Política Externa e Bloco no Poder: a Fiesp na crise do governo Dilma. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 65 (janeiro a abril), p. 191–218, 2023. Disponível em: https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/984. Acesso em: 14 nov. 2023.

BOITO JR., Armando. *Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOITO JR., Armando. O CAMINHO BRASILEIRO PARA O FASCISMO. *Caderno CRH*, [S. l.], v. 34, p.e021009, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35578. Acesso em: 16 nov. 2023.

BOITO JR., Armando e BERRINGER, Tatiana. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*. 2013, v. 21, n. 47, pp. 31-38. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004. Acesso em: 30/09/2021

BOTÃO, Gustavo. *A burguesia interna brasileira e a reforma neoliberal-ortodoxa do Mercosul (2019-2022)*. São Bernardo do Campo, 2023. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do ABC. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBC_b5e4d612a6aa41234caa6f0a5f-cfa3c0. Acesso em: 13/03/2025

BRASIL, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2023 *Comex Stat*. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98534. Acesso em: 26/11/2023

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2008. *Capacitação em Análise Sócio-Demográfica, Distribuição Espacial da População e Meio Ambiente e Saúde Reprodutiva no Paraguai*, Assunção, 15 de outubro de 2008. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6245. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2009a. *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre Cooperação em Matéria de Comunicação Pública*, Assunção, 27 de outubro de 2009. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6535. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2009b. *Implementação do Projeto "Centro de Formação Profissional Brasil – Paraguai em Hernandarias - Fase IV Ampliação e Expansão*", Assunção, 03 de novembro de 2009. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6540. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2010a. *Implementação do Projeto "Capacitação em Políticas Públicas para o Desenvolvimento*", Ponta Porã, 03 de maio de 2010. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6753. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2010b. I*mplementação do Projeto "Técnicas de Diversificação das Atividades Agropecuárias para a Agricultura Familiar no Paraguai*", Ponta Porã, 03 de maio de 2010. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6754. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2010c. *Implementação do Projeto "Apoio ao Fortalecimento do Governo Eletrônico no Paraguai*", Ponta Porã, 03 de maio de 2010. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6755. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2011a. *Cooperação em Segurança Pública e Enfrentamento ao Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Crimes Conexos*., Assunção, 28 de junho de 2011. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7141. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2011b. *Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional da Assessoria Jurídica da Presidência da República do Paraguai*", Assunção, 28 de junho de 2011. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7142. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2011c. *Implementação do Projeto "Apoio à Elaboração e à Implementação do Programa Nacional para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Leiteira no Paraguai*", Assunção, 28 de junho de 2011. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7143. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2011d. *Implementação do Projeto "Fortalecimento da Transparência e Desenvolvimento de Capacidades dos Governos Locais do Paraguai*", Assunção, 28 de junho de 2011. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7144. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2012. *Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde Pública e Bem Estar Social da República do Paraguai*", Assunção, 24 de maio de 2012. Plataforma Concordia (DAI/MRE). Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7313. Acesso em: 23/03/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2016. "*Visita do Presidente da República ao Paraguai – Comunicado Conjunto*", Assunção, 4 de outubro de 2016. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 119. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/resenha-2-2016.pdf. Acesso em: 21/02/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2017. "Comunicado conjunto por ocasião da visita de estado do presidente Horacio Cartes ao Brasil 21/08/2017", Brasília, 21 de agosto de 2017. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 121. Disponível em: https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N121_1sem_2017.pdf. Acesso em: 21/02/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2019. "Declaração presidencial conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez – 12 de março de 2019 – 12/03/19", Brasília, 12 de março de 2019. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 124. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/resenha-124-primeiro-semestre-de-2019.pdf. Acesso em: 25/02/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2020. "Assinatura do Acordo de Complementação Econômica Nº 74 e do Acordo Automotivo entre o Brasil e o Paraguai – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia 11/02/2020", Brasília, 11 de fevereiro de 2020. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 126. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/Resenhan126PrimeiroSemestre2020.pdf Acesso em: 25/02/2024

BRASIL-PARAGUAI. 2009. *Declaração Conjunta "Construindo uma nova etapa na relação bilateral"*. 25/05/2009. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/nota-do-ministerio-de-relacoes-exteriores. Acesso em: 23/11/20.

BRASIL-PARAGUAI. *Ata Bilateral.* 24 de maio de 2019. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2019/08/ActaBilateral-BR-Paraguai-Itaipu-24maio2019.pdf. Acesso em: 28/04/21

CÉSAR, Gustavo Rojas de Cerqueira. 2016. "Integração Produtiva Paraguai-Brasil: novos passos no relacionamento bilateral". *Boletim de Economia e Política Internacional*, 22: 19-32.

CODAS, Gustavo. El Acuerdo Lugo-Lula del 25 de Julio de 2009 y la nueva relación bilateral Paraguay-Brasil. *IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos Textos Acadêmicos*. p.95-114, 2011.

COSTA, Kayque. Burguesias, *Estado e regionalismo: uma análise do Mercosul*. São Bernardo do Campo, 2021. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do ABC. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11081224. Acesso em: 13/03/2025

ESPÓSITO Neto, Tomaz; PAULA, Orlando Fernandes.. "Um balanço das Relações Brasileiro- Paraguaias nos Governos Lula/Dilma (2003-2012)". In THOMAZ, Laís Forti; MATHIAS, Suzeley Kalil & OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. (Org.). *Diálogos sul-americanos: 10 anos da política exterior*, 1ed. Marília: Editora Cultura Acadêmica. 2015

ESPÓSITO NETO, Tomaz.; FRANCHI, Tássio. As relações brasileiro-paraguaias de Dilma a Temer (2011-2018): uma parceria estratégica em (des)construção?. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e1187, 2022. DOI: 10.21530/ci.v17n1.2022.1187. Disponível em: https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1187. Acesso em: 20 jan. 2023.

ESTADÃO. Mercosul: chanceler paraguaio confirma consenso para reduzir TEC em 10%. *IstoÉ*, [online], 20 jul. 2022. Disponível em: https://istoedinheiro.com.br/mercosul-chanceler-paraguaio-confirma-consenso-para-reduzir-tec-em-10/. Acesso em: 31 mar. 2024.

ESTADO DE MINAS. Acordo de Itaipu prevê aumento na compra de energia pelo Paraguai até 2022. Estado de Minas, 17 dez. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/12/17/internas_economia,1108824/acordo-de-itaipu-preve-aumento-na-compra-de-energia-pelo-paraguai-ate.shtml. Acesso em: 30 out. 2020.

FARIAS, Francisco. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n. 28, p. 81-98, 2009.

FIESP. Em seminário na FIESP, fundação apresenta vantagens de investir no Paraguai. *FIESP*, São Paulo, 03 abril 2013. Disponível em: https://www.fiesp.com.br/noticias/emseminario-na-fiesp-fundacao-apresenta-vantagens-de-investir-no-paraguai/. Acesso em: 07 março 2022.

GRANATO, L.; UBERTI, G. B.; MENGER, K. R. O Mercosul e a burguesia agrária brasileira no período 2016-2020. *Revista InterAção*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 23–47, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/64066. Acesso em: 20 maio. 2024.

HENRIQUES, Anna Beatriz Leite. et al. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. Revista Debates, Porto Alegre, p. 09-23, 19 mar. 2015.

HIRST, Monica.; MACIEL, Tadeu. Brazil's Foreign Policy in the time of the Bolsonaro Government. *SciELO Preprints*, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771. Acesso em: 26 mar. 2024.

LACHI, Marcello. Las penas del joven Horacio: De la crisis del Nuevo Rumbo y de cómo sobrevivir a las múltiples derrotas. *Revista Novapolis*, Asunción, n. 13, p. 67-92, Junho 2018. Disponível em: http://pyglobal.com/ojs/index.php/novapolis/article/view/91/103. Acesso em: 25 março 2024.

MARTUSCELLI, Danilo. "Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro". *Crítica Marxista*. Campinas. n. 47, p. 55-73, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37995207/Burguesia_interna_e_capitalismo_dependente_uma_reflex%C3 %A3o_a_partir_dos_casos_argentino_e_brasileiro.

MERCOSUL. *Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do MERCOSUL*. 2019a. Bento Gonçalves. "Sistema Concórdia". Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12376 . Acesso em: 25/02/2024

MERCOSUL. *Acordo do Mercosul para a Prevenção e Luta contra a Corrupção no Comércio e nos Investimentos Internacionais*. 2022. Montevidéu. "Sistema Concórdia". Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12606 . Acesso em: 25/03/2024

MERCOSUL. *Acordo sobre Facilitação do Comércio do MERCOSUL*. 2019b. Bento Gonçalves. "Sistema Concórdia". Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12365 . Acesso em: 25/02/2024

MERCOSUL. *Acordo entre os Estados partes do Mercosul e os Estados Associados para o Intercâmbio de Informação sobre a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições Explosivos e Outros Materiais Relacionados*. 2017b. Mendoza. "Sistema Concórdia". Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12040. Acesso em: 21/02/2024

MERCOSUL. *Continuidade do Funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - Decisão CMC 22/15*. 2015. Brasília. "Sistema Concórdia". Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11670 . Acesso em: 25/03/2024

MERCOSUL. P*rotocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul*. 2017a. Buenos Aires. "Sistema Concórdia". Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11984. Acesso em: 21/02/2024

PARAGUAI. Banco Central del Paraguay. I*nversión Directa*. 2022. (Ex Inversión Extranjera Directa). Disponível em: https://www.bcp.gov.py/inversion-directa-ex-inversion-extranjera-directa--i378. Acesso em: 26/11/2023

PAULA, Orlando Fernandes de. O *Paraguai na agenda externa brasileira e a temática de Itaipu: 2003-2010*. 2014. 156 f. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, UNESP/ UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/122048.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. ed.2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p.368

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p.368

REIS, Cristina Fróes de Borja; BERRINGER, Tatiana. "Inserção externa decadente e estrutura produtiva dependente". In: *Dossiê V da Associação Keynesiana Brasileira: O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros*. São Paulo: Associação Keynesiana Brasileira, 2018. pp. 137-149. Disponível em: https://associacaokeynesianabrasileira.org/dossie-v-2018/.

SCHREIBER, Mariana. Impeachment no Paraguai: entenda a crise envolvendo Itaipu e o governo Bolsonaro. *BBC News Brasil,* Brasília, 6 ago. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49259262. Acesso em: 25 nov. 2020.

SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral e. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu*. 141 f. 2006. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/2363

SOUZA, Ricardo Alves de. *A política externa do governo Bolsonaro e o neofascismo*. 15/02/2023. 118 p. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12572496. Acesso em: 16 nov. 2023.

TOLEDO, Sara Basilio de. *Mudança política no Paraguai e as relações com o Brasil: o caso da renegociação do Tratado de Itaipu*. 2015. 204 f. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

VILLAGRA, Sarah.; IBARROLA, Rodrigo. Manuel. Paraguay: la profundización conservadora en materia económica y política. *Reflexión Política*, v. 22, n. 45, p. 116-131, 31 ago. 2020. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7556571. Acesso em: 26/11/2023

YIN, Robert Kuo-zuir. Case Study Evaluations: A Decade Of Progress?. In: STUFFLEBEAM, Daniel; MADAUS, George; KELLAGHAN, Thomas. (eds), Evaluation Models: Evaluation in Education and Human Services, [s. l.], v. 49, p. 185-193, 2000. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/0-306-47559-6_11